



**FRONTEIRA DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL. UM ESTUDO A PARTIR
DA CIDADE DE CARMOLÂNDIA - TO**

**FRONTIER TAKEOVER IN LEGAL AMAZON. A STUDY FROM THE CITY OF
CARMOLÂNDIA- TO**

*Thaysslorranny Batista Reinaldo
Geografia UFT/ Araguaína - Brasil
thaysslorrannyuft@gmail.com*

*Eliseu Pereira de Brito
Geografia UFT / Araguaína – Brasil
eliseubrito@uft.edu.br*

Resumo:

A presente pesquisa faz análises sobre a formação de uma região de fronteira, assim como, também compartilha estudos sobre o município de Carmolândia-To, sendo este um dos focos de análise desta respectiva pesquisa. Observando que essa cidade situa-se numa região de fronteira agrícola de ocupação, onde os interesses políticos e econômicos sempre estiveram presentes. Observando que para analisarmos a cidade na atualidade, utilizamos como embasamento a análise do ponto de vista das cidades locais. Como metodologia, fizemos levantamento, teórico e bibliográfico para saber mais sobre o assunto. Assim como, fizemos pesquisas empíricas e visitas a campo, analisando a cidade de Carmolândia desde seu povoamento, luta pela emancipação e como ela esta organizada atualmente.

Palavras-Chave. Migração; Território; Fronteira de Ocupação.

Abstract

This research presents does analysis on the formation of a border region, as well as studies also shares about the city of Carmarthen-TO, which is a focus of their analysis of this research. Noting that the city is located in a border region agricultural occupation, where the political and economic interests have always been present. Noting that the city to look at the present time, we used as a base for analysis from the viewpoint of the local towns. As a methodology, we survey theoretical and literature to learn more about the subject. Just as we did empirical research and field visits, analyzing the city of Carmarthen since its settlement, the struggle for emancipation and how it is currently organized.

Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a cidade de Carmolândia-Tocantins Brasil a partir de uma leitura de cidades locais em região de fronteira agrícola de ocupação. Um modo que apropriamos para fazer a pesquisa foi por meio de um estudo das frentes pioneiras e sua estruturação na região, produzindo o povoado.

A partir desta delimitação, analisamos o povoado/cidade na região de fronteira de ocupação. A organização da cidade na atualidade foi estruturada por meio de uma análise enquanto cidade local. Para nortear a pesquisa, utilizamos alguns autores (as) que trabalham a presente temática, dentre estes, Machado (1992), Brito (2009), Martins (1997), Santos (1979), Casaril (2010), Castilho (2009) dentre outros. Sustentamos a pesquisa a partir de um estudo da Fronteira Agrícola de Ocupação na transformação do território amazônico.

Vale ressaltar, que a cidade de Carmolândia-TO, localiza-se numa região de fronteira de expansão na Amazônia, onde os interesses políticos/econômicos desde as décadas de 60 sempre estiveram presentes, chamada de colonização dirigida pelo Governo Federal. Entendemos que uma Fronteira Agrícola ao se modificar (re) define o território, sendo essa (trans) formação e análise das modificações desde a ocupação da região pela “Frente Pioneira”, formação do povoado, luta pelo desmembramento e emancipação do Município são foco deste estudo. Observando que fazer um estudo de como a cidade está estruturada atualmente, é indispensável, para tanto, esta análise foi feita do ponto de vista das cidades locais, na qual nos possibilitou uma melhor compreensão da formação territorial deste município.

A Fronteira e seus desdobramentos teóricos

Norteamos a pesquisa a partir de uma leitura bibliográfica, que teve como base teórica alguns autores que trabalham a temática em tela, dentre os quais, Machado (1992), Brito (2009), Martins (1997), Santos (1979), Casaril (2010), Castilho (2009) entre outros autores, na qual contribuíram para a construção da pesquisa, no que tange a análise sobre as “Frentes Pioneiras”, áreas de “Fronteiras Agrícolas” e sobre as “cidades locais”.

Segundo Machado (1992), os conceitos de “frente e zona pioneira” utilizadas no Brasil, foram desenvolvidos com base no conceito norte americano das idéias de Turner (1893-1920). Observando, que no Brasil, a aplicação destes conceitos não ocorreu de forma mecânica.

Machado (1992) acentua as considerações de Tuner (1893 e 1920), onde este ressalta que a fronteira é um lugar, um estado de espírito e também um processo que avança no espaço. Um dos aspectos importantes na concepção de Tuner (1893) é o papel das “terras livres” ou dos “espaços vazios”, na formação nacional, principalmente no que se refere à formação territorial de grandes dimensões.

Nesse sentido, Tuner (1893) *apud* Machado (1992) discorre;

[...] a disponibilidade de terras livres significava as terras passíveis de serem apropriadas e transformadas em propriedade privada. Nesse sentido, a fronteira teria atuado como 'válvula de escape' para as populações pauperizadas do leste dos Estados Unidos e da Europa, oferecendo para cada indivíduo a oportunidade rural e se tornar independente. [...] os 'espaços vazios' não correspondiam somente a um critério demográfico de baixa densidade de população. Era um conceito, elaborado em contraposição à presença indígena: os 'espaços vazios' eram espaços não civilizados[...]. Dessa maneira, era possível anular os argumentos jurídicos sobre as terras americanas. (TUNER, 1893 *apud* MACHADO, 1992. p. 29)

Machado (1992) ressalta que a disponibilidade de terras livres no Brasil, foi um dos principais argumentos utilizados por políticos e grandes proprietários de terras no Brasil no Século XIX, no entanto, este foi utilizado no sentido oposto aquele proposto por Tuner (1893-1920). Estes argumentavam, “[...] sem o controle do acesso a propriedade da terra haveria uma redução da oferta de mão-de-obra, tanto escrava como assalariada, o que poderia

prejudicar, segundo eles, a grande agricultura de exportação.” (MACHADO, 1992. p. 29). Nesse sentido, Silva (1982) comenta; [...] “a lei de terras aprovada em 1850 e a política dita de 'colonização' constituíram os eixos de uma política governamental que associou a concentração fundiária ao desenvolvimento do capital” (SILVA, 1992 *apud* MACHADO, 1992. p. 29).

Como a própria autora coloca, “aquilo que é letra morta em um momento pode readquirir uma nova funcionalidade em outro” (MACHADO, 1992. p. 29). As idéias propostas por Tuner ressurgiram no cenário brasileiro na década de 70, trazendo termos, como, “fronteira móvel, espaços vazios e válvula de escape” no debate brasileiro. Tudo isto tinha um objetivo, criar o “Plano de Integração Nacional”, implementado pelo Governo Militar.

O objetivo do plano era a incorporação definitiva da Amazônia brasileira ao Território Nacional, através da construção de uma infra-estrutura de redes (hidrelétricas; estradas, telecomunicação, cidades) e da distribuição de terras públicas para empresários e imigrantes. Esses últimos seriam realocados das áreas de alta tensão social, como o Nordeste do País, para pequenas propriedades rurais na Amazônia, dedicando-se á produção de alimentos para o mercado interno. (MACHADO, 1992, p.29-30)

O Brasil devido a sua grande área territorial possuía, “espaços vazios”, principalmente na Região Amazônica, sendo utilizado o discurso “as terras sem homens para os homens sem terra” (MACHADO, 1992, p.30).

Nesse sentido, Machado (1992) comenta,

[...] as terras 'novas' poderia ser divididas em pequenas propriedades e distribuídas entre a população migrante, que as transformaria em unidades autônomas de auto-subsistência para a produção de alimentos básicos. A tese foi incorporada por diversas organizações não governamentais e pela igreja católica; cuja atuação militante na região foi articulada em torno da defesa dos direitos dos pequenos ocupantes de terra, sem titulação legal (CNBB, 1976 *apud* MACHADO, 1992, p.30).

“Para impulsionar a ocupação da Região Amazônica, o “Governo Militar”, através da “Marcha para o Oeste”, como foi denominado o projeto que visava “ocupar” a Região Norte. “[...] apresentava uma concepção econômica da fronteira relacionada á expansão do mercado

interno brasileiro.” (MACHADO, 1992. p. 33). Argumentado que se houvesse essa ocupação do interior, poder-se-ia expandir o mercado interno brasileiro, ocasionando um maior desenvolvimento industrial do país.

Nesse sentido, Oliveira (1988) *apud* Brito (2009), comenta; “esta integração que tinha o lema: 'integrar para não entregar', nada mais foi do que, integração para entregar a Amazônia ao capital internacional.” Para facilitar essa “ocupação”, o governo forneceu condições, para que a “frente pioneira de ocupação” e “empresas agrícolas” pudesse adentrar na Região Amazônica. Sendo que, “os grandes eixos de integração a partir da década de 50 vieram com a construção da Belém-Brasília, da BR 158 e da Transamazônica na região Sudeste da Amazônia Oriental, que não necessariamente integrou toda a região” (BRITO, 2009, p.38).

Para Martins (1997), os objetivos dessa ocupação da Região Amazônica, eram por interesses econômicos e, principalmente, geopolíticos. Observando que o Governo Militar “discursava”, que era preciso haver uma “ocupação dos espaços vazios”, não levando em consideração a população que ali residiam como as tribos indígenas, extrativistas, camponeses, entre outros. Modificando e (trans)formando não só a vida dessas pessoas, como também a própria dinâmica do lugar. Conseqüentemente, a essa “ocupação”, muitas tribos indígenas quase desapareceram, muitos camponeses foram expulsos de suas terras de trabalho, para dar lugar as grandes pastagens. “Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação das favelas. As novas atividades instauraram o grande latifúndio moderno, vinculados a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros” (MARTINS, 1997. p. 86).

Segundo Martins (1997), a fronteira, não se resume a limites geográficos. A fronteira pode se apresentar de diferentes formas, como, fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteiras de étnicas, fronteira da história e da historicidade do homem, sendo esta principalmente, fronteira do humano.

Neste sentido, Martins (1997), comenta;

[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora [...]. É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. (MARTINS, 1997, p. 13).

É na fronteira onde os “contrários” se encontram, sendo este um local de instabilidade e conflitos, pois, “na fronteira, o homem não se encontra, se desencontra” (MARTINS, 1997, p.12). Observando, que o imigrante tem a “possibilidade” de realizar ou não, seus sonhos e anseios traçados e sonhados, nesse novo local para onde este migrou. “[...] a fronteira é na verdade, ponto limite de territórios que se (re) definem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (MARTINS, 1997, p. 12).

É na fronteira onde o “novo” se faz presente, havendo a possibilidade desse novo ser concretizado ou não, já que neste local residiam pessoas que devido a ocupação, tiveram suas vidas e costumes (trans) formados. Pois a “frente pioneira de ocupação” não leva em consideração a população que ali residia. Esse choque com o novo pode ocasionar lutas, mortes, conquistas, medo, sendo indispensável analisar a gama de relações de interesses políticos e econômicos que sempre estiveram presentes.

Nesse contexto, Martins (1997) discorre;

A rápida expansão da frente pioneira em direção á Amazônia deu-se num contexto [...] de anticomunismo em que, justamente, as classes trabalhadoras, na cidade e no campo, se tornavam automaticamente suspeitas de subversão da ordem política sempre que reagem às más condições de vida que o regime lhes impusera. Esse clima repressivo, associado ao fato de que os proprietários de terra e os empresários eram os principais aliados e beneficiários do regime militar, criou para os camponeses e trabalhadores rurais uma situação extremamente adversa. (MARTINS, 1997, p. 88)

Contribuindo para esta análise Martins (1997) comenta que, na análise da frente pioneira, compreende-se implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o “novo”, novas possibilidades, sonhos e anseios, com bases nas relações sociais. A frente pioneira é mais do que o simples deslocamento sobre novos territórios, pois este envolve uma gama de relações de interesse, sentimentos, “modos de vida”, onde o contato com o “outro” se faz presente.

Um estudo sobre as cidades locais

No que tange ao estudo da cidade utilizaremos uma base teórica, que nos possibilita falar sobre as cidades locais.

Segundo Santos (1979), as “cidades locais” são aglomerações localizadas em regiões de modernização, principalmente agrícolas. Estas funcionam como, intermediárias entre o campo modernizado e os núcleos urbanos maiores. Estas cidades surgem devido à necessidade de satisfazer a demanda da população local e os “imigrantes”, que chegam. Nesse contexto, essas cidades “[...] dispõem de uma atividade polarizante e, dadas às funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência” (SANTOS, 1979, p. 70).

Para tanto, Santos (1982 *apud* CASARIL, 2010), Comenta;

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responde às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (Santos, 1982, p.70-71).

Segundo Casaril (2010), para analisar uma “cidade pequena/cidade local”, não se deve levar em consideração somente seu índice demográfico, mas sim, a sua importância na rede urbana regional, pois nenhuma cidade é igual à outra, cada uma possui sua especificidade, “pois quando se faz referência a 'cidades pequenas', a noção de quantidade demográfica vem logo à mente e, refletir o urbano nesta perspectiva constitui-se em um desconhecimento da particularidades de cada cidade”(CASARIL, 2010, p. 2).

Assim, quando utilizamos dados populacionais para assinalar uma cidade como sendo pequena, corremos o risco de igualar cidades que em essência são diferentes. Ou seja, o emprego de dados demográficos implicará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, porém não levará em conta as especificidades de cada uma delas, bem como, não proporcionará o entendimento de seus papéis, suas áreas de influência, suas interações espaciais, entre outros qualificativos basilares para a consideração de uma cidade como sendo pequena. Tais aspectos proporcionam um caminho para compreender a cidade pequena, estando sua apreciação direcionada a análise de sua inserção na rede urbana. (CASARIL, 2010, p. 2)

Portanto, Santos (2004 e 2005) *apud* Casaril (2010), aponta que utilizar os termos: cidade primacial, cidades médias e cidades pequenas, só podem ser aplicadas quando considera o País como uma unidade isolada, pois esses termos perdem seu valor comparativo. Por isso adotou-se novos termos, como, metrópoles completas e incompletas, cidades regionais e cidades locais, sendo estas mais qualitativas do que quantitativas. Analisando que, “[...] a concreticidade muda constantemente, o que, todavia, faz com que ocorram transformações espaciais, econômicas, sociais e políticas evidenciadas nas 'cidades locais' [...]”. (CASARIL, 2010, p.3).

Casaril (2010) observa que o desenvolvimento teórico metodológico é indispensável, pois nos ajuda a compreender as mudanças das categorias tradicionais por categorias atuais, levando em consideração que as “cidades locais” se (trans) formam. Nesse sentido, o autor discorre;

[...] As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 2005, p. 56 *apud* CASARIL, 2010, p.3).

De acordo com Casaril (2010), a globalização da economia capitalista gera uma refuncionalização das/nas “pequenas cidades”, pois quando esse “desenvolvimento”, chega há uma (trans) formação no espaço, onde este é modificado de acordo com os interesses capitalistas. Isso pode ocorrer devido, a perda absoluta ou não da centralidade, estas pode ser acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento não central, ligadas diretamente á produção no campo. Ou pela “[...] especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserido-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma ou mais complexa divisão territorial do trabalho[...]” (CORRÊA, 199, p. 50 *apud* CASSARIL, 2010, p.3)

Diante dessa questão Corrêa (2004 *apud* Casaril, 2010), aponta quatro caminhos na qual contribuíram direto ou indiretamente para as (trans) formações ocorridas nas “cidades locais”, sendo elas;

- .i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. [...];
 - ii – Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos pode mesmo crescer econômica e demograficamente. [...];
 - iii – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho [...];
 - iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. [...]
- (CORRÊA, 2004, p.75-76 *apud* CASARIL, 2010. p.3).

Castilho (2009) faz uma análise, sobre a formação territorial de duas cidades locais, Ceres/Rialma, localizadas no Estado de Goiás. Realizando todo um estudo sobre seu processo de formação e suas (trans) formações socio-espaciais. Ressaltando que para se entender a formação de uma cidade, é preciso “[...]’vasculhar’ os tempos que estão inseridos no interior do espaço, pois são eles que nos possibilitarão compreender melhor a atual dinâmica socioespacial Ceres/Rialma e seu novo papel na divisão territorial do trabalho” (CASTILHO, 2009, p. 53). Sendo importante, não apenas falar dos processos, mais tentar entendê-los em uma escala maior.

Para tanto, Castilho (2009) discorre;

É por isso que nos é corrente falar da modernização do território goiano, já que ele nos fornecerá os elementos necessários para compreender o processo de formação de Ceres/Rialma. Isto é, se o espaço é um guardião de tempos, a sua compreensão passa pelo entendimento histórico de sua produção. No caso do território goiano também é assim: ele é produto da história da sociedade, e por isso, está em constante transformação. (CASTILHO, 2009, p. 53)

Segundo Castilho (2009), o período de modernização de Goiás, foi impulsionada ainda que timidamente, pelas “Frentes Pioneiras” sobre as “frentes de expansão”. Quando essa “Frente Pioneira” chega, traz consigo seus costumes, valores culturais e a “modernização”, havendo, o choque com o “novo”. Analisando que as pessoas que já residiam na região, tinha seu modo de viver, suas culturas, bem como, utilizavam agricultura familiar e de subsistência.

Nesse sentido, Martins (1997 *apud* Castilho, 2009), ressalta;

As frentes pioneiras [...] convidam e induzem a modernização. No caso goiano, a entrada e fixação dessas frentes pelo Mato Grosso Goiano – estabelecendo vínculos dessa região com São Paulo, foi um processo importante para a sua modernização. Isso trouxe impactos para todas as instâncias espaciais, no entanto, ela ocorreu principalmente no campo. Isso significa que houve uma modificação nas formas de ocupação e de produção da terra, o que acarretou fortes impactos na produção agrícola do arroz e do milho, que seriam as principais culturas daquele momento. (MARTINS, 1997 *apud* CASTILHO, 2009. p. 55)

Observa-se que há interesses políticos e econômicos, por traz de todo esse processo de ocupação “Pela Frente Pioneira”. Onde o governo fornecia condições para a reprodução do “capital” pelo Brasil, visando, “[...] acabar com as frentes de expansão, que representavam formas tradicionais de produção, impedindo, assim, as modernas formas que se emergiam” (CASTILHO, 2009, p.57). Pois se tratavam das políticas de expansão da fronteira agrícola, demográfica e econômica, na qual ocorreram nas décadas de 30 e 40. Momento este que estava havendo a “Marcha para o Oeste”, projeto este que visava “ocupar” os espaços ditos como “vazios”, na Região Amazônica.

Diante dessa questão, Castilho (2009), comenta;

A formação territorial de Ceres/Rialma está ligada a este contexto, que trouxe para esses municípios o perfil de fronteira agrícola. No entanto, o segundo período da modernização do território goiano veio a configurar novas dinâmicas, transformando assim, o conteúdo socioespacial e o papel de Ceres/Rialma no contexto regional (CASTILHO, 2009, p. 56).

A partir do momento que a “Frente Pioneira de Ocupação”, adentra em meio á Região Norte, há uma intensificação na modificação da paisagem e uma (re) redefinição no território. Pois, “a paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é

sinônimo de relações sociais” (CASTILHO, 2009. p. 58). Devido às “tramas” e as relações de interesses políticos/econômicos que estiveram presentes nesse contexto. Interesses esses, que privilegiava os donos de meios de produção e não levava em consideração a população que residia na região, o que contribuiu para uma (trans) formação e uma (re) definição no espaço da região, pois, “a noção de espaço vem da sociedade. “O espaço é reinventado conforme a sociedade se reinventa: muda-se a sociedade, reinventa-se o espaço”. (CASTILHO, 2009, p. 50).

A presente pesquisa utilizará metodologias norteadas e respaldadas a partir do objetivo proposto.

Em se tratando dos métodos de pesquisa fizemos levantamento bibliográfico, para conhecer mais sobre o assunto, levantamento de dados da área de estudo e visita á campo da área de estudo a partir de entrevista semi-estruturadas aplicada na cidade, pois estes são fontes indispensáveis no desenvolvimento desta pesquisa.

A cidade de Carmolândia no contexto da Fronteira Agrícola

Esta pesquisa foi realizada no município de Carmolândia-TO no norte do Estado do Tocantins, Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população carmolandense foi estimada em 2011 em, 2.316 habitantes.

Elegemos como objetivo principal do estudo, analisar as (trans) formações sócio-territoriais, ocorridas no município de Carmolândia-TO, desde a década de 60 até os dias atuais.

Carmolândia-TO localiza-se numa região de fronteira agrícola, onde os interesses políticos/econômicos sempre estiveram presentes. Se pensarmos nesta lógica, entendemos que a Fronteira Agrícola modifica e (re) define o território, sendo essa (trans) formação e análise das modificações desde a ocupação da região pela “Frente Pioneira”, formação do povoado, luta pelo desmembramento e emancipação do Município, foco deste estudo. Observando que, fazer uma análise de como a cidade esta estruturada atualmente é indispensável. Essa análise será feita do ponto de vista das cidades locais, na qual nos possibilitará uma melhor compreensão da formação territorial deste município

Vale ressaltar, que na década de 60 estava ocorrendo todo um incentivo por parte do governo em “ocupar” a Região Norte. Utilizaram como justificativa, que esta Região era

isolada do restante do País. Para tanto, o “Governo Militar”, então vigente, dava incentivo e fornecia condições para que muitos “imigrantes” viessem para a Região. Observando que foi neste contexto, que as primeiras famílias Carmolândeses, chegaram à área na qual está localizado este município. Foi/é importante analisarmos e compreendermos como ocorreu todo esse processo, na qual culminou no surgimento do município de Carmolândia-TO.

Esta pesquisa foi/é de suma importância pela sua análise territorial e por ter como foco de estudo o processo de ocupação pela Frente Pioneira, imigrantes que chegaram em meados da década 60. Este período foi delimitado por uma fase em que o Brasil enfrentou momentos tensos na sua vida política, devido o medo e a opressão diante do Regime Militar.

Estudar a ocupação deste município requer algumas análises de cunho político e econômico, na qual influenciaram direto ou indiretamente na ocupação desta. Nesta mesma época, havia todo um incentivo do governo em “ocupar” a Região Norte, utilizando como discurso, que seria esta isolada das demais regiões do país.

A Marcha para o Oeste foi um direcionamento para ocupar a referida região, dando incentivos, como terras, menos impostos, etc. Toda essa dinâmica de ocupação, possibilitou que muitas famílias viessem para a região, formando o povoado que hoje é o município de Carmolândia-TO.

Como dito anteriormente, este município está localizado numa Região de Fronteira Agrícola, na qual os interesses políticos e econômicos sempre se fizeram presente. Observamos que é de suma importância analisar as (trans) formações socio-territoriais, ocorridas no município desde sua “ocupação” pela Frente Pioneira, seu povoamento, sua luta pelo desmembramento e emancipação do município, analisando como a cidade está estruturada atualmente, a partir de um olhar sobre a formação de cidades locais no Brasil.

Analisar esse processo nos impõe um estudo a partir de uma revisão teórica metodológica, traçando caminhos percorridos e, ainda, a percorrer. Mas, apesar do caminho ser árduo, é gratificante poder viver e (re) descobrir as próprias “raízes”, levando em consideração que residimos desde criança nesta cidade e, algumas destas (trans) formações pudemos vivenciar cotidianamente.

Considerações Finais

Em suma, constatamos a partir desta pesquisa, que o município de Carmolândia, localiza-se numa região de Fronteira Agrícola de Ocupação, e teve seu povoamento e criação em função principalmente, deste processo de ocupação.

As primeiras famílias carmolandenses chegaram à região em meados dos anos 60, momento este no contexto brasileiro, em que o Governo Militar então vigente, fornecia meios/condições para que muitas famílias migrassem para a região Norte do Brasil. Para tanto, o governo se utilizou de um discurso na qual falava que “o povo do Norte era isolado e sofrido do restante do País”, assim como, possibilitou meios para que estas famílias se instalassem na região.

É importante frisar, que a partir do momento que essa Frente Pioneira chegou na região, ela se (re)definiu e (trans)formou os territórios de acordo com seus interesses. Sem levar em consideração as pessoas que já residiam na Região, como índios, extrativistas, seringueiros, dentre outros, havendo choques com outros povos. Por isso a região de Fronteira é um lugar de instabilidade, de encontros e desencontros, tendo presente nela uma gama de interesses políticos e econômicos que modifica tudo em seu entorno.

Referências

BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas na rede de integração regional**. Dourados: UFGD, 2009 (Dissertação de Mestrado).

CASARIL, Carlos Casemiro. “**Pequenas Cidades**” ou “**Cidades Locais**”? Por uma perspectiva teórica- Metodológica Atual. In: Anais do XVI ENG, Porto Alegre: UFSC, 2010.

CASTILHO, Denis. **A Dinâmica Socioespacial de Ceres/Rialma no Âmbito da Modernização de Goiás**: Território em movimento, paisagens em transição. Goiânia:UFG, 2009 (Dissertação).

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por Dívida no Estado do Tocantins**: Vidas fora do compasso. São Paulo: USP, 2009 (Tese).

MACHADO, Lia. Osório. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. N°, 54, abril/junho.1992.

MARTINS, José de Souza. **A Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.p.205.

_____. **A Questão do território no Brasil**. 2ºed.São Paulo: Hucitec. 2004. p. 131.

SANTOS, Miltom. **Espaço e sociedade**. Petrópoles: Vozes, 1979.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 2005.